



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 08/2021
Período: 20/03/2021 - 26/03/2021
GEDES – UNESP

- 1- Ministro da Defesa destacou atuação das Forças Armadas no combate à pandemia
- 2- Editorial se manifestou contrário a vigência da Lei de Segurança Nacional
- 3- Colunista comentou sobre a possível candidatura do general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz
- 4- Novos discursos de Bolsonaro geraram desconforto entre militares
- 5- Futuro incerto do general Eduardo Pazuello atrasou transição no Ministério da Saúde
- 6- Lei Orçamentária Anual prevê aumento de investimento nas Forças Armadas
- 7- Colégio Militar em São Paulo tem custo estimado em R\$ 130 milhões
- 8- Polícia Federal investiga uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira para tráfico de drogas

1- Ministro da Defesa destacou atuação das Forças Armadas no combate à pandemia

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa general Fernando Azevedo e Silva elogiou a atuação das Forças Armadas no combate à pandemia da COVID-19 no país. Em seu texto, Azevedo e Silva destacou que a "Operação Covid-19" exigiu "o engajamento decisivo dos nossos militares" e elencou exemplos da atuação, como o emprego de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) no transporte de oxigênio e na busca de brasileiros em Wuhan, na China, em fevereiro de 2020, além do funcionamento ininterrupto e coordenado de diversos centros de operação internos do Ministério da Defesa. O general também demonstrou o empenho das Forças Armadas através dos números: cerca de 34 mil militares diariamente envolvidos, "efetivo maior que o da participação brasileira na 2.ª Guerra Mundial", além da distribuição de mais de um milhão de cestas básicas, a vacinação de 157 mil indígenas, e a mobilização da base industrial de defesa para a produção de equipamentos de proteção individual e respiradores. Azevedo e Silva disse ainda que todas essas ações ocorreram "sem descuidar um minuto" da proteção ambiental da Amazônia e da soberania territorial, marítima e aérea do país, e concluiu afirmando que "proteger a população brasileira é dever das Forças Armadas", precisando para tanto "estar treinadas e bem equipadas" para salvar vidas "enquanto se fizer necessário". (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 20/03/21)

2- Editorial se manifestou contrário a vigência Lei de Segurança Nacional

Em editorial o jornal *Folha de S. Paulo* caracterizou a Lei de Segurança Nacional (LSN) como um “entulho autoritário”, ou seja, uma legislação herdada do regime militar (1964-1985). Neste sentido, a *Folha* destacou que grande parte da legislação do período foi substituída ou declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pelo fato de ter sido utilizada em raros momentos nos anos anteriores ao governo do presidente da República Jair Bolsonaro, acreditava-se que não seria necessário revogá-la e que ela “morreria de morte natural”. Contudo, segundo a *Folha*, durante o governo Bolsonaro, a LSN passou a ser utilizada de forma recorrente para enquadrar jornalistas, chargistas e críticos do governo. Além disso, a LSN também foi utilizada pelo STF no inquérito sobre as *fake news*, que resultou na prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro. No dia 17/03/21 cinco manifestantes foram detidos pela Polícia Militar do Distrito Federal sob a justificativa de infringência à Lei de Segurança Nacional, por terem estendido uma faixa com a mensagem “Bolsonaro Genocida”. Portanto, para a *Folha*, torna-se urgente extinguir a LSN, seja pela revogação sem a criação de outro instrumento legal ou com criação de uma outra legislação. De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, declarou que a Corte tem um “encontro marcado” com a Lei de Segurança Nacional. Em transmissão ao vivo, realizada no dia 20/03/21, Lewandowski afirmou que a LSN seria uma espécie de fantasma que tem vagado no judiciário e precisa ser “exorcizada”. O ministro Lewandowski afirmou que a LSN foi editada antes da Constituição Federal de 1988, que tem forte atenção aos direitos e garantias fundamentais, portanto, o STF deve analisar se esse “fóssil normativo” é constitucional. (*Folha de S. Paulo* - Opinião - 21/03/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 21/03/21)

3- Colunista comentou sobre a possível candidatura do general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari comentou sobre a possibilidade do general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz se candidatar ao pleito eleitoral de 2022, lembrando que Santos Cruz rejeitou a candidatura para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em sua coluna opinativa, Gaspari comparou a possibilidade com a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, candidato na eleição indireta de 1978, que após derrota se retirou da vida pública. (*Folha de S. Paulo* - Colunas e Blogs - 21/03/21)

4- Novos discursos de Bolsonaro geraram desconforto entre militares

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, os discursos do presidente da República Jair Bolsonaro têm gerado desconforto entre ele e a ala militar. Durante o domingo (21/03/21), o Bolsonaro esteve no Planalto acompanhando a manifestação de alguns de seus apoiadores. Diante do público, o presidente, de acordo com o jornal, disse: “Alguns tiranetes ou tiranos tolgem a liberdade de muitos de vocês. Pode ter certeza, o nosso Exército é o verde oliva e é vocês também. Contem com as Forças Armadas pela democracia e pela liberdade” - referindo-se aos governadores dos estados que estão adotando medidas de isolamento social para conter os avanços da pandemia. Devido à polêmica declaração, a *Folha de S. Paulo* disse que diversos militares que estão dentro e

fora do governo se reuniram para discutirem sobre a fala de Bolsonaro e demonstraram discordância com o pensamento dele. O jornal lembrou de ação similar do presidente que teria ocorrido no ano de 2020, quando o presidente esteve em manifestações pró retomada do regime militar e levou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, para sobrevoar uma delas. O jornal caracterizou como “atitude ambígua” o posicionamento de militares quando, ao mesmo tempo em que naquela ocasião as altas cúpulas das Forças Armadas emitiram duas notas para negar intentos golpistas, Azevedo apoiou o general Augusto Heleno, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) quando este ameaçou “consequências imprevisíveis” para a possibilidade de apreensão do celular de Bolsonaro no curso da investigação de interferência do presidente na Polícia Federal. Além disso, a *Folha* retratou que a popularidade de Bolsonaro durante os meses de Auxílio Emergencial, tirou os militares dos holofotes políticos do país, mas a malfadada gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde e as críticas feitas por membros das Forças Armadas à ação, fizeram com que eles ganhassem novamente notoriedade. Além disso, a *Folha* disse que ministros do Supremo conversaram com alguns membros do alto escalão das Forças Armadas, que negaram perigo de golpe militar. Esse clima de tensão se iniciou após as afirmações do presidente que tomaria “medidas duras” na pandemia, logo após insistir que tinha apoio militar para tanto. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/03/21)

5- Futuro incerto do general Eduardo Pazuello atrasou transição no Ministério da Saúde

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a nomeação do novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga só ocorreria no dia 25/03/21 cerca de dez dias após o anúncio e de ter sido adiada duas vezes, entretanto a mesma ocorreu no dia 23/03/21. O atraso decorreu da demora na definição do futuro do general Eduardo Pazuello, titular da pasta na época. Segundo a *Folha*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, buscava um novo cargo para Pazuello como “prêmio de consolação”, deste modo conferindo-lhe foro privilegiado, já que, com a destituição do general ministro, a investigação em curso contra ele levada a cabo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) visando apurar se houve omissão na falta de oxigênio em Manaus seria direcionada para um juizado de primeira instância e assim “ser tratada de maneira mais rígida, até com o risco de prisão”. Dentre as possibilidades de cargo para Pazuello, foi considerada a criação de um “Ministério Extraordinário da Amazônia” que, conforme o jornal, esvaziaria o Conselho da Amazônia comandado pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. A iniciativa, porém, foi reconhecida por Bolsonaro como “arriscada”, pois não teria o apoio de líderes partidários, além de resistência nas Forças Armadas por sustentar em evidência um general da ativa que “já causou tanto desgaste à imagem” da instituição. Entretanto, de acordo com a *Folha* do dia 25/03/21, o presidente Bolsonaro reconheceu que o meio mais fácil de acomodar Pazuello próximo ao Planalto seria com um cargo no Ministério da Defesa, após a negativa dos ministros da Infraestrutura e da Economia na indicação do general para assumir o Programa de Parceria e Investimentos (PPI). Além do mais, descartou-se a criação do Ministério Extraordinário da Amazônia, pois o Governo Federal foi acusado de tentar “lotear a máquina pública apenas para acomodar um aliado”, o que também poderia ser

interpretado como uma maneira de blindar Pazuello das investigações a partir do foro privilegiado. Uma outra alternativa proposta por Bolsonaro foi o arranjo do general na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a qual é comandada pelo almirante Flávio Rocha, todavia, o mesmo disse ao presidente que queria permanecer à frente da SAE, portanto, fechando as portas da secretaria a Pazuello. Como ressaltou a *Folha*, o destino mais provável do general é o Ministério da Defesa, já que o ministro da pasta, general Fernando Azevedo, assinalou positivamente para a nomeação do colega com um cargo de assessor no ministério. (Folha de S. Paulo - Saúde - 23/03/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 25/03/21)

6- Lei Orçamentária Anual prevê aumento de investimento nas Forças Armadas
Conforme noticiaram os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a atual proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) do governo federal, que foi votada no dia 25/03/21, prevê 22% do total dos recursos para os militares e garante reajuste de salário à categoria, enquanto o restante do funcionalismo público tem os vencimentos congelados até dezembro de 2021. Segundo o *Estado*, o relatório apresentado pelo senador Márcio Bittar previu R\$ 8,32 bilhões de investimentos ao Ministério da Defesa, um aumento em relação aos R\$ 8,17 bilhões destinados ao exercício de 2020 e os reajustes salariais implicarão em investimento de R\$ 7,1 bilhões. Dentre os projetos previstos pelo Ministério da Defesa se encontram “a construção de submarinos nucleares e convencionais, aquisição de aeronaves de caça, desenvolvimento de cargueiro tático e compra de veículos blindados.” O periódico também destacou que tais incrementos superam os investimentos para a saúde, previstos em R\$ 1,2 bilhão, num momento de grave crise sanitária, no qual, segundo Bruno Moretti, assessor no Senado Federal e especialista em gastos de saúde, nota-se uma queda “nominal e real de recursos” para o Sistema Único de Saúde (SUS) em cerca de R\$ 36 bilhões em relação ao ano de 2020. Ainda de acordo com *O Estado*, o líder da minoria no Senado Federal, Jean Paul Prates, afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) faria o possível para reverter o cenário, o qual indicava a aprovação do projeto, e declarou que “é um absurdo que, num momento como este, o governo trabalhe por aumentos salariais para as Forças Armadas e deixe de lado a pandemia”. Ademais, a *Folha de S. Paulo* ressaltou que o consultor de Orçamentos do Senado Federal, Vinicius Amaral, questionou o benefício aos militares e disse que o governo não deu oportunidade para que o Congresso Nacional avaliasse a necessidade do gasto. “Essa conta já veio lançada [pelo governo] nas despesas obrigatórias, ela não vem sequer como uma despesa a ser avaliada pelo Congresso, para decidir se ela será ou não implementada. No meu entendimento, isso contraria a Constituição”, afirmou Amaral. (*Correio Braziliense* - Política - 25/03/21; *Correio Braziliense* - Política - 26/03/21; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 24/03/21; *O Estado de S. Paulo* - Economia & Negócios - 23/03/21; *O Estado de S. Paulo* - Economia & Negócios - 25/03/21)

7- Colégio militar em São Paulo tem custo estimado em R\$ 130 milhões
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o colégio militar de São Paulo, que está sendo construído no Campo de Marte, custará cerca de R\$ 130 milhões, de acordo com os cálculos do Exército. Uma promessa do governo do presidente

da República Jair Bolsonaro, a escola será a 14ª unidade com esse formato no Brasil, e a conclusão da obra está prevista para 2023. Para a consecução da mesma, foram reservados R\$ 60 milhões em 2020, porém apenas R\$ 24 milhões foram efetivamente gastos no projeto, e R\$ 38 milhões em 2021. Os colégios militares concentram alunos provenientes de famílias de alta renda devido ao processo seletivo realizado para ingresso, além da preferência dada a filhos de militares. Além disso, o custo de um estudante desse tipo de escola é 3 vezes maior do que a média gasta com os alunos da rede pública de ensino. Em comparação feita pela *Folha*, o valor total do colégio militar paulista seria o suficiente para construir 65 creches no país, cada uma com um custo médio de R\$ 2 milhões, que atenderiam uma parcela mais carente da população. Ademais, a *Folha de S. Paulo* ressaltou o projeto do governo Bolsonaro de converter 216 colégios em escolas cívico-militares até 2023. Nesse modelo, a administração é executada por uma instituição militar enquanto o ensino é de responsabilidade de civis, ao contrário do modelo “puro” em que tudo é de responsabilidade do Ministério da Defesa. O orçamento previsto é de R\$ 1 milhão por escola, tendo já sido reservados R\$ 54 milhões para tal, porém R\$ 28 milhões desse valor foram destinados para o pagamento de militares da reserva. (Folha de S. Paulo - Mercado - 26/03/21)

8- Polícia Federal investiga uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira para tráfico de drogas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 25/03/21, a Polícia Federal (PF) cumpriu uma série de mandados de busca e apreensão na operação que investiga a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), por uma organização criminosa, no tráfico de drogas para a Espanha. A ação foi batizada de “Operação Quinta Coluna”. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/03/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações

Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).